



CARTA DE SALVADOR PARA A ENFERMAGEM BRASILEIRA

Aprovada na Plenária Final do 73º Congresso Brasileiro de Enfermagem - CBEn, Salvador (BA), 19 de novembro de 2022.

Aos órgãos governamentais responsáveis pela execução das políticas públicas de saúde no Brasil
Às organizações representativas do campo da Enfermagem
Às trabalhadoras e trabalhadores em Enfermagem
À sociedade brasileira em geral

O 73º Congresso Brasileiro de Enfermagem (**CBEn**), 7º Seminário Nacional de Diretrizes de Enfermagem na Atenção Básica em Saúde (**SENABS**) e o 6º Colóquio Latino Americano de História da Enfermagem (**CLAHEN**) promovidos pela Associação Brasileira de Enfermagem (**ABEn**) e realizados pela ABEn Seção Bahia, no período de 16 a 19 de novembro de 2022, em Salvador, no Fiesta Convention Center, tiveram como tema central "**Impactos da pandemia no Brasil e os desafios para o campo da enfermagem e saúde**".

O tema desdobrou-se em três eixos: Eixo 1 - Trabalho em enfermagem, criação de saberes e práticas e reconhecimento social; Eixo 2 - Ciência, Tecnologia, produção e socialização de conhecimento em enfermagem e saúde; Eixo 3 – Sistemas de saúde e política de formação em enfermagem. Eixos em que também se transversalizaram os temas do 7º SENABS - Protagonismo da enfermagem na atenção primária à saúde no contexto da pandemia da Covid-19 e no enfrentamento das políticas de desmonte do SUS e do 6º CLAHEN - Centenário da implantação da Enfermagem Moderna Brasileira.

Diante da complexidade do contexto pandêmico e do inédito de se enfrentar uma doença como a Covid-19, o evento teve como objetivo geral refletir sobre seus impactos para o campo da enfermagem, a partir das experiências vividas e dos saberes produzidos na prática e também pela racionalidade do método científico. Reuniu 1744 pessoas entre enfermeiras(os), técnicas(os) e auxiliares em Enfermagem, professoras(es), pesquisadoras(es), gestoras(es) e estudantes de graduação e pós-graduação, além de convidadas(os) da Secretaria de Estado da Saúde de Bahia, agências de fomento (CAPES, CNPq), Universidades públicas e privadas, representantes de Conselhos de Saúde, representantes do Parlamento Estadual e Federal, Sindicatos, Movimentos populares dentre outros. Contou com a Praça Maria Felipa, a Feira de Economia Solidária e o Espaço de Cuidado Simone Leite, oportunizando a práxis que reúne possibilidades de luta, necessidades de existência, produção de práticas integrativas e populares de cuidado e construção de consciência política. O congresso também oportunizou realização de atos políticos, a exemplo do Fórum Baiano de Enfermagem que realizou uma manifestação em defesa de nosso piso salarial e do Conselho Nacional de Saúde que realizou um ato para a mobilização e como atividade pré-evento da 17ª Conferência Nacional de Saúde.



Esta edição do CBEn foi realizada em meio à crise internacional agudizada pela Pandemia e às particularidades dessas crises no cenário brasileiro, que se expressam com traços afinados ao fascismo, que se constituíram com a ascensão da extrema direita nas relações de força no país. Essa conjuntura política complexa, vem sendo marcada por constantes ameaças ao Estado democrático de direito, com desmonte de políticas e programas de saúde, aprofundamento do subfinanciamento do SUS, com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, intensificação da privatização da gestão, precarização do trabalho e a drástica redução dos investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia, formação e qualificação de pessoal em saúde.

A pandemia causou danos diversos – com diferentes intensidades e consequências – às populações humanas e aos sistemas nacionais de saúde, em particular, no Sistema Único de Saúde (SUS), com impacto sobre a força de trabalho e, conseqüentemente, nas condições laborais, na saúde das trabalhadoras e trabalhadores e na formação em enfermagem. Não bastasse esse cenário, à pandemia de Covid-19 no Brasil somaram-se múltiplas crises, cuja resposta foi marcada por conflitos e divergências intergovernamentais, face à opção do Governo Federal pela estratégia institucional de disseminação do vírus causador da doença.

A pandemia revelou os problemas históricos que perpassam as contradições da produção do valor do trabalho em enfermagem, assim como, a divisão social e técnica do trabalho, que se intersecciona com questões de gênero e raça, que foram fortemente evidenciadas nas taxas de morbimortalidade da Covid-19. O perfil da enfermagem brasileira constitui tal materialidade incontestável, pois expressa em dados, uma matriz de opressões, que se inter-relacionam com o coletivo de trabalhadoras (es) do setor de saúde, que enfrenta raízes profundas e estruturantes de processos discriminatórios, a exemplo do racismo institucional.

Na produção do conhecimento, a pandemia desafiou a ciência na busca de respostas rápidas e ao mesmo tempo enfrentou-se o negacionismo, não somente em relação à doença, como já ocorrido em outras pandemias, mas também como uma proposta política, que em parte, comprometeu o financiamento para o desenvolvimento científico e tecnológico. Foram expostas as contradições históricas da lógica de produção e disseminação do conhecimento tanto no que se refere à agenda de pesquisa, quanto na reverberação do conhecimento científico em ações sociais, levando a necessária reflexão sobre o quê, para quem e para quê pesquisamos.

No Brasil, onde ao longo de décadas vinham sendo construídas políticas públicas de educação e desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, assegurando a soberania nacional, foram vivenciados nesse momento de crise, ataques severos pelo Governo Federal. Os últimos quatro anos culminaram no processo de fragilização da pós-graduação brasileira, inclusive do seu processo de avaliação, permitindo, entre outras questões, que por ato administrativo, os programas de pós-graduação que tiveram diminuição de nota mantivessem os conceitos e notas da avaliação quadrienal passada, ignorando, conseqüentemente, a avaliação por pares realizada pelas comissões julgadoras compostas por cientistas de elevado reconhecimento em suas áreas. No limite, ao que se vê, é um ato que tende a agravar as assimetrias regionais na formação de novos mestres e doutores ao longo do tempo, prejudicando sobremaneira o tão desejado desenvolvimento do país.

E todos esses impactos nos setores de saúde e educação têm no “político” o seu principal desafio, uma vez que as políticas de formação estão imbricadas com a lógica do Sistema de Saúde do País. E diante da tendência privatizante mundial e de enfraquecimento das ideias de sistemas universais, que tem contado com reformas setoriais, especialmente depois da crise econômica de 2008, no Brasil, a Pandemia nos encontrou ainda mais vulneráveis, após os desmontes das políticas



sociais aceleradas desde o golpe de 2016, ampliada em 2019, distanciando a população brasileira do Direito Universal à Saúde. E de modo semelhante, a formação em enfermagem vem sofrendo os severos efeitos da mercantilização e financeirização, implicando no aumento da desproporção do ensino privado, em detrimento do público, que é ainda mais agravado com o crescimento do ensino à distância (EAD) na formação em saúde.

A Carta de Salvador, alinhada à compreensão de que é preciso articular conhecimento, solidariedade e memória para fazer frente às determinações históricas que nos condicionam à sistemas de opressão e exploração, apresenta os seguintes apontamentos para a constituição de uma agenda política da ABEn:

- Fortalecer a perspectiva do cuidado e da gestão do cuidado centrado nas necessidades de saúde e na integração com usuários e demais profissionais de saúde;
- Fortalecer a análise interseccional do campo da enfermagem, com nova pesquisa de perfil do campo da enfermagem brasileira, direcionadas à leitura dessa força de trabalho, como ferramenta para dar visibilidade às iniquidades e as suas causas e fomentar ações para os seus enfrentamentos;
- Manter viva a memória das vítimas da Covid-19, denunciando os responsáveis e evidenciando o campo da enfermagem como o mais afetado entre trabalhadores da saúde;
- Combater o racismo institucional e defender de forma ampla e irrestrita a implementação de ações antirracistas e de enfrentamento às demais formas de preconceito, como parte dos planejamentos em saúde de todas as instituições públicas e privadas;
- Reconhecer a conquista da Lei do piso salarial como um marco importante, mas seguir adiante pautando a regulamentação da jornada e as condições de trabalho;
- Ampliar e fortalecer o movimento político, que vem aglutinando as categorias do campo profissional em luta pela valorização das trabalhadoras com o piso salarial, reforçando a articulação com os sindicatos e constituindo proposições que contemplem trabalhadoras (es) dos setores público e privado;
- Ampliar e fortalecer o debate sobre a lógica de produção e disseminação de conhecimento, suas contradições e as necessidades sociais no campo da enfermagem;
- Defender uma produção de conhecimento conectada com as necessidades da população e, principalmente, na reverberação em ações sociais transformadoras no sentido da redução de desigualdades e melhoria das condições de vida;
- Defender incondicionalmente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) como órgão de Estado e não de um governo e repudiar os ataques desferidos pelo Governo Federal ao longo dos últimos quatro anos e que culminaram no processo de fragilização dos diversos setores de desenvolvimento da pós-graduação brasileira, incluindo o processo de Avaliação Quadrienal (2017-2020);
- Combater a lógica produtivista que se impõe aos pesquisadores, considerando-se o tempo e as condições necessárias para assegurar a qualificação das produções, além das desigualdades de acesso a financiamentos e os altos custos das publicações;
- Contrapor-se a lógica da política de disseminação do conhecimento centralizada em conglomerados de editoras científicas que caracterizam um setor privado altamente lucrativo;
- Dar visibilidade aos saberes construídos no cotidiano do trabalho e fomentar a sua investigação por meio do método científico;
- Fortalecer a interlocução com os saberes populares, tradicionais e com a espiritualidade, no sentido da continuidade do cuidado e aumentando a capilaridade do trabalho dos profissionais de saúde;



- Ampliar a formação especializada de novos profissionais através de residências, pós-graduação *stricto sensu* em áreas de atuação estratégicas, tanto para a pesquisa quanto para a prática da(o) enfermeira(o);
- Defender e contribuir para a elaboração de propostas de ações afirmativas para a Pós-Graduação, como forma de superação de desigualdades sociais e regionais;
- Participar efetivamente dos processos de formulação, execução e avaliação dos programas de residência multiprofissional em saúde, contribuindo com elaboração de diretrizes, formação de preceptores, análise de dimensionamento, dimensionamento de vagas, política de permanência e formulação de estratégias para provimento de cargos na rede de atenção à saúde;
- Combater a precarização da formação em saúde e enfermagem, se colocando radicalmente contrários à educação na modalidade EAD (na graduação e pós-graduação), que não se confunde com a necessidade de aperfeiçoamento das metodologias e processos educacionais mediadas pela tecnologia da informação e comunicação;
- Fomentar a análise política como ferramenta importante de leitura dos movimentos e fatos políticos que conduzem às lutas necessárias;
- Ampliar e fortalecer a mobilização e luta pelo Direito Universal à Saúde, apoiando e participando das etapas da 17ª Conferência Nacional de Saúde;
- Seguir na luta pela inclusão da saúde como bem público, princípio basilar do SUS, num contexto dominado pela lógica da privatização com lucro;
- Estabelecer como central a luta em defesa do estado democrático de direito, que é fundamental para todo o processo de construção/reconstrução de políticas públicas;
- Participar ativamente, junto a outras entidades e movimentos populares, na implementação de estratégias para garantia da posse do presidente democraticamente eleito e construir força política popular para revogar medidas de desmonte de políticas sociais.

Conclamamos, portanto, que o Estado Brasileiro, por meio do governo eleito, restabeleça a construção das políticas públicas de Educação e de Ciência, Tecnologia e Inovação, pautadas pelo diálogo e a democracia, tão necessárias à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Salvador - BA, 19 de novembro de 2022.

Participantes do 73º (CBEEn), 7º (SENABS) e 6º CLAHEen).